Proc. TC-030.115/2016-7
Tomada de Contas Especial

PARECER

Trata-se de tomada de contas especial (TCE), instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social/Gerência Executiva Rio de Janeiro – Centro (INSS/GEx/RJ-Centro), responsabilizando os Srs. Francisca Daisy Lustosa Landim Pinto, Janete Nogueira Hartmut Behm, Marcos Antônio Dantas Lopes e Mauro Cassiano dos Santos, todos ex-servidores do INSS, em consequência de prejuízos causados ao Instituto, relacionados a concessões irregulares de benefícios previdenciários durante os exercícios de 1995 a 2007.

No mérito, após regular citação, a Unidade Técnica propôs o julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis ex-servidores do INSS e a exclusão da relação processual dos responsáveis segurados beneficiários, por considerar a ausência de provas aptas a demonstrar que eles agiram em conluio com os autores das fraudes.

No tocante ao tema, é oportuno registrar que a jurisprudência pacífica é no sentido de que a exclusão de segurado da relação processual no âmbito do TCU, por não ter sido comprovada sua conduta dolosa ou culposa na consecução de fraude em benefício previdenciário, não impede a adoção, pela Administração, das medidas administrativas e judiciais necessárias à cobrança dos valores indevidamente recebidos (Acórdão 70/2017-TCU-Plenário). Nesse diapasão, há inúmeros outros julgados desta Corte de Contas, tais como os Acórdãos 701/2016-TCU-Plenário, 1.175/2016-TCU-Plenário e 70/2017-TCU-Plenário.

Por fim, considerando que os responsáveis citados não apresentaram suas alegações de defesa, indico acrescentar proposta no sentido de “*considerar revel, para todos os efeitos, os responsáveis Francisca Daisy Lustosa Landim Pinto, Janete Nogueira Hartmut Behm (CPF 452.215.707-00), Marcos Antônio Dantas Lopes (CPF 736.780.407-30) e Mauro Cassiano dos Santos (CPF 072.362.127-68), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992;*”.

Feitas essas considerações, manifesto-me de acordo com a proposta de mérito da Unidade Técnica.

Ministério Público, em 13 de dezembro de 2017.

(Assinado eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador